



ACESSIBILIDADE CULTURAL E A GESTÃO INSTITUCIONAL PÚBLICA- AÇÕES E DESAFIOS

Fabiano Carneiro da Silva

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação
em Educação, Comunicação e Cultura
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense / UERJ
fabiano.carneiro.silva@gmail.com*

Gisele Lopes Guerra Gaspar

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação
em Educação, Comunicação e Cultura
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense / UERJ
giza.guerra@gmail.com*

Beatriz Estevan Pereira

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação
em Educação, Comunicação e Cultura
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense / UERJ
beatriz.estevanpereira@gmail.com*

Resumo

O artigo aborda ações de acessibilidade cultural desenvolvidas na gestão pública federal, a análise parte do paradigma da inclusão, refletindo sobre a gestão de equipamentos culturais, as políticas de descentralização, a capacitação de profissionais e o fomento à produção artística inclusiva. A experiência evidencia desafios estruturais, políticos e institucionais, mas também demonstra avanços em políticas públicas que contribuem para democratizar o acesso à cultura e fortalecer a cidadania.

Palavras-chave: acessibilidade cultural, inclusão, gestão pública.

Abstract

The article discusses cultural accessibility initiatives developed in federal public management. It analyzes the paradigm of inclusion through cultural management, decentralization policies, professional training, and inclusive artistic production. The experience reveals structural, political, and institutional challenges, while also pointing out advances in public policies that contribute to democratizing access to culture and strengthening citizenship.

Keywords: cultural accessibility, inclusion, public management.

INTRODUÇÃO

A cultura, em sua essência, é um pilar fundamental da experiência humana, um espaço de construção coletiva, expressão e catarse, onde indivíduos se conectam como produtores e consumidores de bens simbólicos. Contudo, para uma parcela significativa da população, o acesso pleno a esse universo cultural, tanto na condição de espectador quanto de protagonista, permanece um desafio. A acessibilidade cultural, mais do que a simples remoção de barreiras físicas, configura-se como um paradigma de gestão que busca garantir a participação de todas as pessoas, independentemente de suas habilidades. Essa abordagem se alinha ao modelo social da deficiência, que foca nas barreiras impostas pelo ambiente e pelas atitudes sociais, e não na limitação individual (Fernandes; Orrico, 2011). Essa perspectiva abrange dimensões atitudinais, físicas e comunicacionais, sendo a atitudinal um alicerce fundamental para a efetivação das demais (Fernandes; Orrico, 2011).

Nesse contexto, a gestão pública contemporânea enfrenta o imperativo de transformar espaços, programas e serviços culturais em ambientes genuinamente inclusivos, permitindo que a pessoa com deficiência transite da plateia ao palco da produção cultural. Apesar dos avanços legislativos, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e o Plano Nacional de Cultura (Brasil, 2010), a materialização dessas diretrizes em ações concretas e contínuas ainda representa um desafio complexo para as instituições públicas.

Este artigo tem como objetivo analisar experiências de gestão cultural na esfera federal, particularmente no Teatro Cacilda Becker e na Fundação Nacional de Artes (Funarte), considerando o paradigma da inclusão como eixo estruturante das ações desenvolvidas. As reflexões aqui propostas partem da prática de gestão cultural em diálogo com políticas públicas, instrumentos legais e experiências de democratização da cultura (Sasaki, 1999; Brasil, 2015), buscando evidenciar os avanços alcançados e os persistentes desafios na democratização do acesso à cultura e no fortalecimento da cidadania. A análise desses casos específicos oferece insights valiosos sobre a operacionalização de políticas de acessibilidade e as estratégias para superar obstáculos estruturais e institucionais.

Para tanto, o presente trabalho organiza-se da seguinte forma: inicialmente, a fundamentação teórica detalha os conceitos de acessibilidade e inclusão, com ênfase no modelo social da deficiência e nas dimensões da acessibilidade. Em seguida, a metodologia empregada é apresentada, descrevendo os procedimentos de coleta e análise de dados. Posteriormente, são exploradas as ações e resultados obtidos no Teatro Cacilda Becker e o impacto do Festival Funarte Acessibilidade, ilustrando a aplicação prática das políticas de acessibilidade. Por fim, as conclusões sintetizam os principais achados e apontam para a necessidade de continuidade e articulação intersetorial das políticas de acessibilidade cultural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A acessibilidade cultural, no contexto deste estudo, é compreendida como um paradigma de gestão que transcende a mera remoção de barreiras físicas. Essa visão se alinha com a perspectiva de Sasaki (1999), para quem a acessibilidade deve ser entendida como a criação de ambientes que permitem o acesso e a participação plena de todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições. Tal abordagem representa um distanciamento do modelo médico da deficiência, que historicamente focava na limitação individual e na cura da pessoa, e se aproxima do modelo social da deficiência. Este último, conforme destacado por Fernandes e Orrico (2011), redireciona o foco para as barreiras impostas pelo ambiente, pela sociedade e pelas atitudes, reconhecendo que a deficiência não reside na pessoa, mas na interação entre a pessoa e um ambiente não inclusivo.

Nesse sentido, a acessibilidade é multifacetada, englobando as dimensões

atitudinal, física e comunicacional (Fernandes; Orrico, 2011). A acessibilidade atitudinal é frequentemente considerada a mais fundamental, pois se refere à superação de preconceitos, estereótipos e discriminações que impedem a plena participação de pessoas com deficiência. Sem uma mudança de atitude, as adequações físicas e comunicacionais podem não ser efetivas. A acessibilidade física diz respeito à eliminação de obstáculos arquitetônicos e urbanísticos, garantindo que espaços e edificações sejam utilizáveis por todos. Já a acessibilidade comunicacional assegura que a informação seja compreendida por diferentes públicos, através de recursos como Língua Brasileira de Sinais (Libras), audiodescrição, legendas, textos em Braille e linguagem simples.

A transição para o modelo social da deficiência também impulsionou o desenvolvimento do conceito de funcionalidade, conforme abordado pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003). A CIF, ao contrário do Código Internacional de Doenças (CID), que se concentra apenas nos fatores físicos, avalia a capacidade de uma pessoa de interagir com seu ambiente e participar da vida social, considerando os fatores ambientais como facilitadores ou barreiras. Isso significa que a funcionalidade de um indivíduo é um indicador resultante das ações de eliminação de barreiras e promoção de suportes, e não apenas de sua condição biológica (Fernandes; Orrico, 2011).

Além disso, o conceito de acessibilidade aqui se conecta intrinsecamente com o de democratização cultural, que busca garantir o acesso à cultura como um direito inalienável de todos os cidadãos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, ao reconhecer a acessibilidade como um direito fundamental, estabelece o alicerce legal para que as instituições públicas atuem de forma proativa. Nesse sentido, a gestão cultural não se limita a cumprir a lei, mas a utilizar os instrumentos legais como uma base para ações mais profundas, que busquem a participação ativa e contínua do público com deficiência, promovendo a equidade na oferta de suportes (Brasil, 2015; Fernandes; Orrico, 2025).

O trabalho também se fundamenta no conceito de políticas públicas como um campo de ação, e não apenas como um conjunto de leis. As ações de gestão na Funarte, como o Festival Funarte Acessibilização, são exemplos concretos de como uma política cultural pode ser operacionalizada. Entende-se que as políticas culturais devem ser compreendidas como um processo dinâmico de interação entre Estado e sociedade, onde as demandas sociais (como a acessibilidade) são traduzidas em programas e projetos. Portanto, o sucesso de uma política não está apenas na sua existência legal, mas na sua capacidade de se materializar em ações que impactam a vida das pessoas, promovendo a inclusão e o protagonismo das pessoas com deficiência no cenário cultural (Fernandes; Orrico, 2025). A atuação da gestão pública, nesse contexto, tem um papel decisivo para a transformação de espaços, programas e serviços, garantindo que a cultura seja um vetor de inclusão e desenvolvimento social para todos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa. Essa metodologia foi escolhida por permitir uma análise aprofundada de um fenômeno específico, a gestão pública de acessibilidade cultural, tendo como objeto as ações da Funarte, mais precisamente no Teatro Cacilda Becker e no Festival Funarte Acessibilização. A abordagem qualitativa se justifica por sua capacidade de investigar o fenômeno em seu contexto natural, considerando a perspectiva do gestor e as particularidades da sua experiência.

Para a coleta de dados, foram utilizados dois procedimentos. O primeiro foi a pesquisa documental, que incluiu a análise de relatórios de gestão da Funarte, dados de público e de atividades do Teatro Cacilda Becker, e informações sobre o Festival Funarte Acessibilização. Esses documentos permitiram a coleta de dados objetivos sobre o impacto das ações, como o aumento do público e o número de atividades

realizadas. O segundo procedimento foi a análise de conteúdo de documentos normativos, como a Lei Brasileira de Inclusão e o Plano Nacional de Cultura, para compreender o arcabouço legal que sustenta as políticas de acessibilidade.

A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo temática, seguindo a abordagem de Bardin (2011). Esse método permite a organização e a interpretação das informações a partir de categorias temáticas que emergem dos documentos analisados. Desta forma, os dados quantitativos e qualitativos foram organizados em temas, como "Políticas de democratização e acessibilidade", "Capacitação profissional" e "Desafios institucionais", para uma discussão mais profunda.

O estudo reconhece que a análise, por ser focada em casos específicos, não busca a generalização dos resultados. Contudo, os dados e as reflexões aqui apresentados servem como um modelo e um ponto de partida para que outras instituições possam refletir sobre suas próprias práticas de acessibilidade cultural.

DESENVOLVIMENTO

Equipamentos culturais como campo de atuação acessíveis

O Teatro Cacilda Becker (TBC) é um espaço cultural que faz parte da Rede Federal de Teatros dedicado a arte da dança na cidade do Rio de Janeiro, administrado pelo governo federal que vem recebendo e realizando diferentes atividades, espetáculos, seminários e oficinas de formação artística em nível nacional e internacional, somando em 2021, um público de quase 17 mil pessoas (FUNARTE, 2021).

Um dos projetos que vai ao encontro das políticas de descentralização é a ressignificação do Teatro Cacilda Becker tornando-o referência em inclusão e acessibilidade para os demais teatros públicos e privados do país. Neste contexto é importante mencionar um triste dado: até 2013, os teatros públicos federais não tinham nenhuma política voltada para a inclusão onde a diversidade das expressões artísticas e culturais pudessem estar representadas por meio da sua programação. A partir do advento da Copa do Mundo 2014, onde a cidade do Rio de Janeiro se preparou para receber mais de 6,4 milhões de turistas, atletas e formadores de opinião do mundo todo, que percebe-se a carência da classe artística e da sociedade em acessar bens públicos culturais que fossem acessíveis e que promovessem uma programação voltada para a inclusão social.

Segundo o censo do IBGE (2010) quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus). O Estado do Rio de Janeiro conta com cerca de 3,9 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 24,4% da população.

Na gestão cultural, frequentemente marcada por desafios e incertezas destaca-se o projeto "Cacilda Becker Teatro Acessível" cujo foco está na acessibilidade, inclusão e capacitação de pessoal por meio de atividades artísticas e programação permanente de espetáculos (FUNARTE, 2021). Em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), o projeto prevê um plano de melhorias físicas do espaço cultural como: espaços livres com assentos reservados para pessoas com deficiência de acordo com a capacidade de lotação, serviços de libras, piso tátil, dentre outros que visam garantir a igualdade de oportunidades e acesso de pessoas com deficiência aos bens culturais.

São imensas as dificuldades que uma pessoa com deficiência encontra no país. Seja para se locomover nas ruas, preconceitos, acesso aos locais públicos, barreiras de acesso ao mercado de trabalho. Soma-se a essas dificuldades, a situação política e econômica vivida em nosso país, essencialmente na esfera cultural, nos últimos anos. Nos últimos 15 anos os servidores da FUNARTE viveram a troca de 17 Presidentes da instituição. Isso têm gerado não somente a falta de continuidade de programas, como a

escassez de profissionais com qualificação para assumir cargos de gestão, troca de liderança nas principais instituições do país reforçando a descontinuidade de importantes programas e políticas culturais. Acrescenta-se ainda a falta de sinergia e integração entre as ações de mobilidade que envolvem as esferas institucionais

Ainda assim, os resultados gerados ao longo da gestão tiveram os seguintes números. O Cacilda Becker teve, em 2015, um público de 6.350 pessoas, enquanto que dois anos depois este número quase dobrou e, considerando o ano de 2024 é reconfortante confirmar que a quantidade de pessoas ultrapassou os 16,5 mil espectadores (FUNARTE, 2024). O impacto não se restringiu apenas à plateia, nos últimos 5 anos, a diversidade de ações realizadas no Teatro cresceu exponencialmente. Enquanto que em 2015 foram realizadas um total de 131 atividades como oficinas artísticas, e espetáculos, em 2024 este número chega a 400 ações realizadas. Por meio destas ações é possível promover a inclusão de pessoas com diferentes perfis. Jovens e adultos com deficiência que buscam na cultura a possibilidade de ressocialização e de pertencimento, garantindo uma participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Além deles que formam a plateia do teatro, o público-alvo também é representado pelos artistas com deficiência que são os protagonistas em cena e por meio da expressão artística atingem uma melhor qualidade de vida e tangibilizam na cultura a sua forma de inserção na sociedade. Esses dados evidenciam a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e a participação plena na sociedade em igualdade de condições (Sasaki, 1999)

Os feitos para tornar o Teatro Cacilda Becker uma referência nacional não ficam restritos à formação de plateia e ações realizadas.

A proposta de inclusão também não se restringe às pessoas com deficiência. Conforme mencionado anteriormente, foi a partir da Copa do Mundo, ou seja, há mais 10 anos que a programação no Teatro Cacilda Becker vem contemplando a diversidade e a inclusão.

Seja através de uma programação voltada ao empoderamento feminino como também direcionada a representatividade negra, conseguimos trazer para o teatro um sentimento de pertencimento muito forte e verdadeiro. Enquanto no mês de março a força feminina é representada por diretoras, companhias e plateia formadas essencialmente por mulheres, no “Mês das Danças Negras” uma intensa programação de espetáculos, workshops, seminários e debates, tornou o Teatro Cacilda Becker um centro de manifestação cultural em torno da temática racial.

De acordo com a meta 29 do Plano Nacional de Cultura ao final do ano de 2020, 100% dos aparelhos culturais deveriam estar de acordo com as Leis de Acessibilidade promovendo a fruição cultural das pessoas com deficiências até 2020 (Brasil, 2010).

Outras dimensões da acessibilidade

Para se tornar um espaço cultural acessível a adequação não passa somente por mudanças estruturais e físicas, como piso tátil desde a entrada da galeria onde o Teatro Cacilda Becker está localizado, cadeiras mais amplas, banheiros acessíveis e plataforma elevatória para acesso aos camarins do piso superior.

É necessário que todo o corpo profissional do Teatro esteja capacitado para atender às necessidades dos grupos artísticos, do público (plateia) e sociedade do entorno, sejam estas pessoas com ou sem deficiência. Para contribuir neste processo de aprendizagem, realizou-se uma metodologia de formação que passa por diferentes recursos, como exposição dialogada, vivências, estudos de caso, simulações de práticas de atendimento em diferentes áreas, trabalhos em grupo, análise e debate a partir de materiais impressos e audiovisuais. Tal metodologia foi desenvolvida em parceria com especialistas em acessibilidade cultural.

Entende-se por corpo funcional de um teatro uma equipe multidisciplinar composta por profissionais como bilheteiros, técnicos de luz e som, administradores,

contrarregras, entre outros. A diversidade de perfis presente nesse conjunto contribui para fortalecer processos de liderança e para estimular práticas de gestão mais inclusivas e colaborativas, favorecendo tanto o desenvolvimento institucional quanto o aprimoramento coletivo da equipe.

A consolidação da experiência de transformar o Teatro Cacilda Becker em referência nacional de espaço cultural acessível e inclusivo não deve se restringir ao percurso já realizado. Trata-se de um modelo que, ao contemplar tanto o público em geral quanto artistas e profissionais técnicos, evidencia a relevância da acessibilidade como princípio estruturante da política cultural. A continuidade e a ampliação desse processo revelam-se fundamentais para o fortalecimento das instituições culturais públicas e para a consolidação de práticas de gestão alinhadas ao paradigma da inclusão, assegurando a democratização do acesso aos bens culturais. Tal perspectiva encontra respaldo no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais (Brasil, 2016), na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que determina a acessibilidade como condição essencial para o exercício da cidadania (Brasil, 2015), e nas metas do Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010), que preveem a universalização do acesso aos equipamentos culturais (Brasil, 2011).

Como meta a longo prazo, seria importante para a sociedade a continuidade deste modelo de gestão e sua implementação nos demais equipamentos culturais da Rede Nacional de Teatros administrados pela Funarte nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Considerando nesse processo os 3 pilares da acessibilidade - capacitação, programação artística contínua e melhorias estruturais - que foram desenvolvidos pela Coordenação de Dança, significando a perpetuação de muitas conquistas, inquietude e dedicação ao atendimento de uma das mais importantes necessidades essenciais da população: o acesso à cultura. Algo que se fez premente com o advento da pandemia da Covid 19, exigindo novas medidas da gestão pública para mitigar seus impactos, como será mostrado a seguir.

Prêmio Festival Funarte Acessibilidança

Em março de 2019, com a chegada da Pandemia da Covid-19, o setor artístico-cultural foi diretamente afetado em suas atividades devido ao distanciamento e isolamento social, e, conseqüentemente, ao fechamento de teatros e casas de espetáculos em todo o Brasil. Toda a sua cadeia produtiva – incluindo cenógrafos, iluminadores, técnicos de som, bailarinos, coreógrafos e diretores – sofreu um impacto, com interrupção imediata dos trabalhos e sem perspectiva de retomada.

Com a intenção de apoiar a área artística, a coordenação de dança da Funarte lançou, em 2020, um edital inédito de caráter institucional: o Prêmio Festival Funarte Acessibilidança. O projeto teve como finalidade levar ao público, gratuitamente e por meio digital, 25 espetáculos na linguagem artística da dança. O intuito era promover a inclusão cultural, a democratização e a acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência auditiva ou visual. Contudo, a programação do Festival não se limitou a atender este público específico, estando disponível para o público em geral. Para tanto, 25 companhias de dança com concepção cênica voltada à acessibilidade foram premiadas em âmbito nacional, por meio do edital. Além da oferta de uma programação artística de qualidade aos mais diversos públicos, esta ação cultural também teve o propósito de fomentar a cadeia produtiva das artes cênicas. Com esta iniciativa, estimou-se alcançar um público de aproximadamente 10.000 pessoas de diversas faixas etárias e localidades (FUNARTE, 2021).

É importante ressaltar que a Funarte é o órgão do Governo Federal brasileiro cuja missão é promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento, a difusão e a fruição das artes no país. A instituição é responsável pelas políticas públicas federais de estímulo à atividade produtiva das artes brasileiras e atua para que a população possa usufruir das artes de forma cada vez mais democrática, inclusiva e acessível. Isso

está em consonância com o Art. 215 da Constituição Federal de 1988, que estabelece: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Nesse sentido, a ação cultural proposta teve como principal objetivo possibilitar o acesso de pessoas com deficiência à produção artística nacional no segmento da dança, em observância ao Art. 8º da Lei nº 13.146/2015. Cabe destacar que o acesso universal à cultura é uma das metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura - PNC (Lei nº 12.343/2010), o qual se traduz:

(...) por meio do estímulo à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição (...) levando-se em conta os novos meios e modelos de difusão e fruição cultural. (Brasil, 2010)

Atuando em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional de Cultura - PNC, a ação cultural proposta contribuiu para fortalecer a Meta 28, que prevê o “Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museus, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música” (Brasil, p. 12, 2011). Contribuiu também para a Meta 29, que estabelece:

100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendam aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvam ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. (Brasil, p. 12, 2011)

O conceito de acessibilidade abrange diversas dimensões ligadas à inclusão, à linguagem e aos códigos culturais. Nesse sentido, esta ação artístico-cultural se justifica pela premente necessidade de viabilizar mecanismos acessíveis para a fruição de espetáculos artísticos, contribuindo para a promoção da inclusão cultural e, conseqüentemente, para o alcance dos direitos e da cidadania cultural.

Cabe ressaltar que a realização deste projeto demonstra aderência à missão institucional da Funarte. Dentre suas prerrogativas, estão o incentivo à produção e difusão cultural, bem como o fortalecimento das expressões e manifestações culturais nos segmentos das Artes Cênicas. Por conseguinte, o projeto está em conformidade com o Plano Estratégico da Funarte (2020 a 2023), pois visa ao fortalecimento da cadeia produtiva das artes, estimulando a criação, a produção, a difusão, a fruição e a promoção do acesso às artes, como estratégia de inclusão e desenvolvimento social.

Diante do exposto, conclui-se que, com a efetivação desta ação cultural, o Centro de Artes Cênicas, por meio da Coordenação de Dança da Funarte, aliou as novas tecnologias digitais a métodos criativos, inovadores e democráticos de mediação entre a atração artística e o público com deficiência. Contudo, cabe destacar que, embora o público-alvo principal desta ação fossem pessoas com deficiência auditiva e visual, ela não se limitou a elas, visto que os espetáculos também estiveram disponíveis para o público em geral, oportunizando, assim, a fruição de espetáculos artísticos de qualidade.

Concretizando mais um esforço da instituição em promover o fazer artístico-cultural e oferecer programações artísticas de qualidade e acessíveis para a população, a motivação para esta ação consistiu, ainda, na importância de valorizar as atividades artísticas em tempos difíceis de pandemia. Isso porque a iniciativa contribuiu para a geração de emprego e renda a profissionais que atuam no segmento artístico da dança, além de fortalecer a economia da cultura em suas dinâmicas específicas e propiciar a oferta de atrações artísticas para a sociedade brasileira, valorizando a expressão artística da dança.

Em 16 de junho de 2021, a primeira edição do Festival Funarte Acessibilidade foi estreada no canal da Funarte, na plataforma YouTube. A exibição dos espetáculos

ocorreu ao longo de cinco meses. Além dos espetáculos, o Festival contou com dez encontros, mediados pelo coordenador de dança Fabiano Carneiro, que reuniu artistas de cada região envolvidos no festival, pensadores da dança e profissionais da área de acessibilidade. Somando-se espetáculos e encontros, o Festival já ultrapassou a marca de mais de 11.000 visualizações.

As ações tiveram um impacto midiático significativo, gerando matérias em diferentes jornais e programas de rádio e televisão regionais pelo país, no período de junho a dezembro de 2021. No total, o número de postagens em todas as redes sociais foi de 261, com um alcance estimado (soma geral) de 171.248.

Uma das coberturas foi extremamente significativa, sendo destaque na capa do Caderno de Cultura do Jornal Estadão, com a divulgação do conteúdo e entrevista com os artistas participantes e o gestor do projeto. Como resultado, a ação obteve um efeito sem precedentes na Funarte, com uma indicação inédita ao prêmio da Associação de Produtores e Críticos de Arte de São Paulo (APCA) em 2020. Durante o ano de 2021, como forma de continuidade, uma nova edição do edital Prêmio Festival Funarte Acessibilidância foi lançada nacionalmente, obtendo um aumento de 42% no número de inscrições em relação à primeira edição.

É importante destacar que o Festival seguiu com a realização da edição de 2022, contemplando as cinco regiões do território nacional e apresentando sua programação de espetáculos inéditos, completamente acessíveis e disponíveis no canal da Funarte no YouTube. O valor total do investimento foi de R\$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais), provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021.

Curso: acessibilidade cultural nos espaços públicos

Como forma de consolidação no pilar da acessibilidade, o Teatro Cacilda Becker recebeu, durante o ano de 2021, servidores e colaboradores de várias áreas da Funarte. O objetivo foi a realização inédita do curso "Acessibilidade Cultural nos Espaços Públicos", promovido pela Organização da Sociedade Civil Mais Diferenças – Educação e Cultura Inclusivas. Esta é uma organização renomada que assessora, pesquisa, estuda, experimenta, produz e compartilha conhecimento, práticas, modos de fazer, materiais e publicações relacionadas à educação e cultura inclusivas, tendo como princípios básicos a acessibilidade e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Além dos professores e fundadores da Mais Diferenças, o curso contou com a presença da cantora, compositora e atriz Sara Bentes, premiada internacionalmente, que compartilhou sua experiência como pessoa cega na área artística. O conteúdo abordou os principais marcos legais que norteiam os direitos das pessoas com deficiência, bem como conceitos como capacitismo, desenho universal, perspectivas históricas, comunicação acessível e recursos de acessibilidade, como audiodescrição e legenda descritiva. Foram também oferecidas dicas de convivência com pessoas com deficiência (intelectual, visual, física ou auditiva). Os debates geraram uma nova perspectiva, na qual a deficiência deixou de ser compreendida unicamente como limitação de uma pessoa, passando a responsabilizar o ambiente, o espaço, as pessoas e as práticas sociais pelas barreiras que inviabilizam a plena inclusão das pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades.

CONCLUSÕES

As experiências relatadas demonstram que a acessibilidade cultural deve ser entendida como uma política pública estruturante, essencial para a democratização da cultura. A trajetória do Teatro Cacilda Becker ilustra como a permanência e o investimento em um espaço cultural podem transformar a realidade e consolidar a acessibilidade como um pilar de gestão. Da mesma forma, o sucesso do Festival Funarte

Acessibilidade, em um cenário de crise, evidencia a capacidade da gestão pública de se reinventar e utilizar novas tecnologias para garantir o acesso a bens culturais.

A análise destes casos de sucesso mostra que a gestão cultural, quando orientada pelo paradigma da inclusão, é capaz de transformar realidades e ampliar o acesso de pessoas com deficiência aos bens culturais. Essa abordagem se alinha com o modelo social da deficiência, que foca na remoção de barreiras e na responsabilidade compartilhada pelo ambiente, e vai além de um simples cumprimento legal. Ao agir com iniciativa, a Funarte demonstrou que a acessibilidade não é apenas uma obrigação, mas uma estratégia de gestão eficaz para promover o engajamento e a participação social.

No entanto, os avanços enfrentam entraves políticos e institucionais, como a descontinuidade de programas, a instabilidade de gestão e os baixos orçamentos destinados à cultura. A experiência de 17 trocas de presidentes na Funarte em 15 anos é um dado alarmante que reforça a fragilidade das políticas culturais e a necessidade de se construir um projeto de Estado, e não apenas de governo.

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade dessas ações depende da continuidade institucional, do investimento em políticas de Estado e da articulação intersetorial, envolvendo governos, sociedade civil e setor privado. O desafio futuro é transformar as experiências exitosas em um modelo replicável e duradouro, assegurando que o direito à cultura, conforme previsto na Constituição Federal e na Lei Brasileira de Inclusão, seja uma realidade acessível para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 31 ago. 2025

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CRÍTICOS DE ARTE. **Comissão de Dança APCA**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/DancaAPCA/posts/pfbid0kQAXoLcjBDpZkCoZh8kmVZ5cQc3gCfADtkCwHZPdaBE9u3ZvPVoZ7YWfBNPqFgau>. Acesso em: 04 jul. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.



BRASIL. Ministério da Cultura. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10877/35301/2%C2%AA-edi%C3%A7%C3%A3o-As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura-at%C3%A9-a-meta-20.pdf/b7944750-f59f-4e08-8235-a641aca30a6a?version=1.0>. Acesso em 31 ago. 2025.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; SILVA, Fabiano Carneiro da; ORRICO, Hélio Ferreira. Da plateia ao palco: políticas para a construção de uma escola de teatro acessível às pessoas com deficiências. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 236-249, maio/ago. 2025. DOI: 10.12957/riae.2025.92010.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social**. Rio de Janeiro: Deescubra, 2011.

FUNARTE. **Relatório de atividades do Teatro Cacilda Becker**. Rio de Janeiro: Funarte, 2021.

FUNARTE. **Primeira edição do Festival Funarte Acessibilidança apresenta espetáculos premiados**. Brasília: Funarte, 2020. Disponível em: <https://antigo.funarte.gov.br/danca/primeira-edicao-do-festival-funarte-acessibilidanca-apresenta-espetaculos-premiados/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

FUNARTE. **Dados de público e atividades culturais 2024**. Rio de Janeiro: Funarte, 2024.

FUNARTE. **Curso Acessibilidade Cultural nos Espaços Públicos**. Brasília: Funarte, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/funarte-promove-curso-2018acessibilidade-cultural-nos-espacos-publicos2019-para-servidores-e-colaboradores>. Acesso em: 04 jul. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: resultados sobre deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JORNAL ESTADO DE S. PAULO. **Festival Acessibilidança visita Nordeste com audiodescrição e interpretação em Libras**. São Paulo: Estadão, 2021. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/teatro-e-danca,festival-acessibilidanca-visita-nordeste-com-audiodescricao-e-interpretacao-em-libras,70003792805>. Acesso em: 04 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CIF**: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Genebra: OMS, 2003.

PROSAS. **Prêmio Festival Funarte Acessibilidança Virtual 2020**. Disponível em: <https://prosas.com.br/system/arquivos/original>. Acesso em: 04 jul. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. São Paulo: Paulinas, 1999.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM
SOCIAIS E HUMANIDADES